

Nótula sobre o Quinto Império em Agostinho da Silva

*António Cândido Franco**

A ideia de Quinto Império chegou à cultura portuguesa no século XVII, altura em que o padre António Vieira no quadro da Restauração e dos desenvolvimentos finais dos Descobrimentos comenta numa carta ao bispo do Japão o sonho de Nabucodonosor interpretado por Daniel. Foi esse comentário que originou a ideia que aqui nos interessa. A noção de Quinto Império tal como Vieira a legou aos seus contemporâneos sofreu depois uma absorção em termos de imaginário cultural português, não mais se perdendo; apesar dos seus temporários apagamentos, ela regressou sempre, e em autores de primeira importância, não abandonando a sua raiz vieirina mas apresentando novos revestimentos histórico-culturais. É provável que sob novas vestes, mais adequadas a contextos históricos diferentes do de Vieira, a ideia de Quinto Império tenha sempre continuado a dizer na cultura portuguesa o mesmo que dizia no momento da sua criação. Duas das mais recentes actualizações da ideia foram feitas por Fernando Pessoa e Agostinho da Silva, isto depois de um compreensível apagamento na idade das Luzes e do Positivismo. É escusado falar da ideia de Quinto Império nestes três autores maiores – Vieira, Pessoa e Agostinho – sem perceber com a devida atenção o que lhe está na base.

Começemos pois pelo sonho de Nabucodonosor. Abramos o livro bíblico de Daniel, no Antigo Testamento. Depois da queda de Jerusalém em 587 a. C., Daniel no cativeiro é obrigado a servir o rei da Babilónia, Nabucodonosor. Tem este um sonho, que o impressiona muito, ordenando aos seus adivinhos que o interpretem. Para ter a certeza que a interpretação é verdadeira, obriga os seus magos a adivinhar também o sonho. Desesperam estes da tarefa

* António Cândido Franco nasceu em Lisboa em 1956. Licenciatura em Filologia Românica (1981); mestrado em Literaturas Brasileira e Africanas de Expressão Portuguesa (1988); Doutoramento em Literatura Portuguesa (1997); Agregação em Cultura Portuguesa e culturas ibéricas (2006). Professor na Universidade de Évora. Autor de dois romances históricos em torno de Inês de Castro: *Memória de Inês de Castro* (1990) e *A Rainha Morta e o Rei Saudade* (2003); estudioso de Teixeira de Pascoaes, a quem dedicou a sua tese de doutoramento e um romance de viagens, *Viagem a Pascoaes* (2006).

até que Daniel se apresenta diante da corte, dizendo que toma a seu cargo a incumbência do rei. Depois de uma visão nocturna, onde lhe é revelado o sonho e indicada a sua interpretação, apresenta-se diante do rei para lhe expor o que sabe. O sonho é como se segue. Viu o rei uma grande estátua, terrível e brilhante. A cabeça da estátua era de ouro fino; o peito e os braços de prata; o ventre e as coxas de bronze; as pernas de ferro e os pés parte de ferro e parte de argila. De repente, vinda não se sabe donde, uma pedra voou, esmagando os pés da estátua. Logo de seguida, foram reduzidos a pó a argila e o ferro dos pés e das pernas, o bronze das coxas e do ventre, a prata do peito e dos braços, o ouro da cabeça, pó que o vento logo dispersou sem deixar dele qualquer rasto. No vazio que se segue, a pedra que atingira os pés da estátua transforma-se numa grande montanha que ocupa a terra inteira.

Eis o sonho. Leia-se agora a sua interpretação por Daniel. A cabeça de ouro da estátua é o próprio Reino de Nabucodonosor. Depois deste, outro Reino virá, de prata, e depois dele um terceiro chegará ainda mais inferior, feito de bronze. Por fim, virá um quarto Reino, feito de ferro forte e feio, que reduzirá os outros três a pó. Este Reino, misturado que anda à argila, acabará também por sucumbir e desaparecer sem deixar rasto. Em lugar destes quatro Reinos, aparecerá por vontade de Deus aquela pedra miúda que os destruiu a todos, ocupando para sempre o seu espaço e transformando-se na Terra inteira feita montanha.

A base da ideia portuguesa de Quinto Império está nesta passagem bíblica. Percebe-se por quê, já que nela nos aparecem descritos e interpretados quatro Reinos terrenos, perecíveis e humanos, seguidos por um imprevisível e surpreendente quinto, de natureza intemporal. É provável que o segmento narrativo que importa reter desta sequência concorde em muito com outras passagens míticas do texto bíblico, em primeiro lugar o da criação inicial do mundo e o da estadia do homem no Paraíso. Quer dizer, nestas e noutras passagens, aquilo que interessa talvez reter é o intento explicativo da História da humanidade, primeiro como queda e degradação, depois como impulso salvífico. No caso do sonho de Nabucodonosor temos a progressiva degradação da História humana, passando do ouro ao ferro, até que se chega a um último colapso, que no sonho corresponde ao embate da pedra nos pés da estátua gigante. É a partir dele que se dá a sua pulverização. Ora este momento de colapso, se é um caso extremo de degradação, é também o sinal de uma reabilitação providencial. É da pedra que destrói que nasce o derradeiro Reino sem tempo nem metal. A destruição é aqui uma forma de criação.

Vieira tratou o segmento bíblico no contexto da primeira mundial-

zação desencadeada pelos descobrimentos ibéricos. É natural que o passo lhe tenha chamado a atenção no quadro de um mundo que pela primeira vez apresentava uma dimensão planetária. Esta nova dimensão do mundo, desconhecida antes, levou Vieira a pensar que nenhum momento histórico anterior podia corresponder ao momento da pulverização dos Reinos perecíveis e que só o mundo saído dos descobrimentos ibéricos iniciados pelos portugueses estava em condições de poder experimentar quer a pulverização dos Reinos perecíveis, quer o aparecimento de um novo e definitivo estádio, que desse saída ao impulso messiânico que se fazia sentir na história humana desde o texto bíblico. Foi a isso que ele chamou o Quinto Império do mundo ou as esperanças de Portugal.

Trata-se de uma projecção para o futuro, mas de projecção histórica, com alicerces cronológicos e passagens tangíveis. Para Vieira este Quinto Império não podia nascer, por exemplo, antes das navegações portuguesas, já que sem elas nenhum império se poderia estender a toda a Terra; só depois dessas navegações aparecem reunidas as condições de extensão e duração para que o quinto Reino surja com a completude e a eternidade que Daniel lhe apontava. Neste sentido, o Quinto Império de Vieira não é português, pois ele estende-se a toda a Terra e a todos os povos, tudo unindo no mesmo abraço. Percebe-se porém em Vieira, e esse é mesmo ponto basilar do excursus vieirino sobre o Quinto Império, a responsabilidade particular dos portugueses no caso, já que o quinto Reino é uma consequência, involuntária primeiro, consciente depois, das navegações portuguesas. Talvez por isso Vieira haja centrado esse quinto Reino no Brasil e não em Portugal. Portugal era uma parte do velho mundo, castigado pelas progressivas degradações do mundo antigo, enquanto o Brasil era para ele o nome daquela parte do mundo que faltava descobrir. Só ele, o Brasil, podia pois animar o intemporal sem corrupção que estava anunciado para a História da humanidade desde o tempo da primeira destruição do Templo, em 587 a. C.

Em Fernando Pessoa o projecto de Vieira ganha contornos abstractos. Aquilo que foi noção quase geográfica com aplicação imediata no caso de Vieira volve-se em Pessoa uma ideia no céu do pensamento ou um mito na pele inconsútil da História. Nesse sentido, o Quinto Império torna-se mais uma visão da alma que um corpo com escala histórica, dimensionado para projecto colectivo, que era o que inicialmente fora para Vieira, mesmo descontando o que de interior deslumbramento decerto houvera num Vieira acabado de desembarcar na infância em São Salvador da Bahia, no novo mundo. Com Agostinho da Silva e a sua releitura do mito do Quinto Império regressa a urgência

de um projecto histórico, o gosto quase exclusivo pela reflexão civilizacional e a reactualização do concreto geográfico tão acarinhado por Vieira.

Assim, Agostinho preocupa-se em determinar com alguma segurança o estado presente do mundo, dizendo a dado passo, no texto “Fantasia Portuguesa para Orquestra de História e Futuro” (1982):

“Momento crucial é este em que vivemos – e o mais belo que jamais houve em vida de homem; momento de definida escolha entre a vida e a morte, tendo como única perspectiva a de um mundo deserto, em cujas costas se quebrará um lamentoso, fúnebre mar, ou a de uma humanidade livre de opressões físicas, sem nenhuma fome do preciso e sem nenhum esmagamento do supérfluo.”

Nesta passagem indica-se, sem campo de dúvida, uma avaliação do processo de evolução civilizacional da humanidade, por aí logo mostrando o interesse do seu autor na História e nos seus projectos. Para este Agostinho o momento que se vive é o da escolha entre a morte e a vida, quer dizer, entre o desaparecimento da humanidade, vítima de prolongada e obstinada luta fratricida, ou o seu pleno e ridente desabrochar. Não andamos muito longe de acertar se associarmos este momento ao que no sonho de Nabucodonosor corresponde ao aparecimento da pedra que esmaga primeiro os pés da estátua gigante e depois pulveriza as suas várias partes. É o momento do fim e simultaneamente, se assim o desconhecido o desejar, o do princípio do novo, aquele em que a destruição é tangencial à criação.

Se isto tem alguma razão de ser, paga o trabalho perceber em que momento civilizacional este derradeiro momento da História humana se desenha para Agostinho da Silva. Há passo no mesmo texto citado de 1982 que nos pode ajudar nesta detecção. É a passagem final, onde de forma sibilina se diz o seguinte:

“(…) bem unidos estejam todos os que se entendem nas línguas que, de início parecendo condenadas aos estreitos lugares de Ibéria, ao universo abriram suas asas; o que de serviço foi, apesar das falhas, o que de puro amor foi, apesar das tentações, o que de harmoniosa dança foi, apesar de seus pesados pés; pés de ouro e chumbo.”

Passo curioso este onde, porventura de forma involuntária, ou talvez não se pensarmos que nesse mesmo texto dedica passagem ao Quinto Império de Vieira, se intertextualiza um dos pontos cruciais do sonho descrito por

Daniel, os pés da estátua, também eles pesados e fortes, e se indicam os extremos dos metais, o ouro e o chumbo, como no sonho de Daniel se indicam a propósito da estátua gigante o ouro e o ferro. Compreende-se então que os pés do mundo, pés de chumbo e ouro, resumindo neles toda a anatomia anterior do corpo, pesados pés que fizeram a humanidade avançar para aquilo que em Daniel é o quarto Reino, foram os da Ibéria. Quer dizer, Portugal e a Espanha são essas duas extremidades que superaram tudo o que antes deles fora feito pelo corpo a que pertenciam, deixando para trás os Reinos correspondentes às pernas, ao peito e à cabeça.

O quarto Reino histórico, o dos pés, que passa por ser o derradeiro no sonho comentado por Daniel, é assim o dos Descobrimentos ibéricos, melhor, esse Reino é aquele que esses Descobrimentos abriram, já que eles foram apenas uma porta de entrada, estreita e curta até, para uma idade bem mais larga e longa, a da sucessiva drenagem dos níveis de mundialização, sob a sua influência da qual ainda estamos vivendo. É o momento delicado a que Agostinho se refere como sendo aquele a que tanto se pode seguir a vida como a morte, a plenitude como a desolação mais extrema. Nos versos incorruptíveis de Pessoa é aquilo que na última estância do poema “Quinto Império” de *Mensagem* se chama Europa (recordamos os versos de Pessoa: *Grécia, Roma, Cristandade,/ Europa – os quatro se vão/ Para onde vai toda a idade.*) e que nós hoje crismamos Estados Unidos, pois este nome nada mais é que uma metamorfose mais ampla daquilo que num outrora próximo foi a Europa e num outrora mais longínquo foi a Ibéria. Estes três momentos da quarta idade em que vivemos – Ibéria, Europa, Estados Unidos – traduzem três formas de mundialização – a das estradas marítimas, a das estradas de ferro e a das estradas digitais –, que foram exaurindo círculos cada vez mais largos desse processo de aproximação dos lugares e das pessoas do planeta Terra.

Nesta digressão falta perguntar: por onde anda o quinto Reino em Agostinho? Sabemos que o quarto Reino se confunde com a modernidade, tomando em si as suas várias metamorfoses, desde as primeiras que ganhou com as navegações à vela até às últimas com as navegações digitais de Silicon Valey. Sabemos que estamos a chegar ao ponto extremo desta idade moderna, pois é para aí que aponta aquela radical e definida escolha entre a vida e a morte que é para Agostinho o que melhor caracteriza o nosso tempo. E sabemos ainda que uma dessas escolhas, a da vida ou a da completude civilizacional do homem, sem fomes nem opressões, pode ser lida como uma idade perene e plena com larga correspondência com aquela montanha que toma conta da Terra toda no sonho descrito por Daniel e que é por ele inter-

pretado como o perdurável Reino intemporal que substituirá por vontade de Deus os quatro anteriores.

Apesar da escolha delicada em que Agostinho da Silva deixa o homem de hoje, tudo abrindo ao aleatório ou ao accidental, tanto contando a desolação como a plenitude, muito, se não todo, do pensamento de Agostinho afirma o primado da vida sobre a morte, não supondo sequer que uma idade seca e sem vida possa suceder ao momento histórico que surgiu com as navegações ibéricas. É para aí que aponta o texto “Portugal ou as Cinco Idades”, também de 1982, cujo título nos mostra desde entrada um gosto explícito pelo imaginário cultural do Quinto Império, apesar de o autor dessa pequena ficção que é o “Portugal ou as Cinco Idades”, que tem como subtítulo “Conto de Páscoa”, nos avisar que é a poesia que por ali corre e não a matemática. Quer dizer, tudo corre no texto no plano da criação imaginativa, não no da certeza verificada ou verificável.

De que se trata afinal? De um exercício ficcional, em que um português do século XXIII nos restitui a sua visão retrospectiva da cultura que é a sua, a portuguesa, dando-nos ao mesmo tempo algumas indicações precisas sobre o que se passa no seu presente, que é o nosso futuro e futuro distante. A História portuguesa é dividida em cinco idades, começando a quinta nos finais do século XXI com a união política da Península Ibérica e o desaparecimento no território da nova união da noção de propriedade, quer colectiva, quer privada, substituída que é pela não-propriedade. Depois desta união, num efeito domínó, segue-se, segundo o novo modelo ibérico, a união da América do Sul, a ree-laboração, afastando de vez a herança vinda de Berlim, das fronteiras na África, a alteração da fisionomia do sudeste da Ásia. Esta recomposição das fronteiras políticas do planeta é acompanhada pela modificação em profundidade das relações sociais entre os homens a partir da ideia de que nada é de ninguém.

Oiçamos o autor:

“ (...) a viragem decisiva para a entrada em nova fase do mundo se deu com a constituição política de uma Península diversa e una; a qual, embora pensada e debatida nos séculos XIX e XX, só teve forma a partir dos fins de XXI: todas as regiões ou nacionalidades ou etnias, como se queira, tiveram sua inteira autonomia sem que, no entanto, se desirmanassem; se puseram de acordo quanto às bases da economia, passando da noção de propriedade colectiva para a de não propriedade (...) o que significou que ninguém foi nunca mais dono disto ou daquilo, excepto naturalmente o que era de uso pessoal de cada um, inclusive as casas com seus jardins e campos de recreio: a terra não foi

mais nem sequer de Portugal; Portugal e a terra eram o mesmo, coincidiam, e era o solo tão livre como o ar – lá se foi também isto de mar exclusivo e de espaço aéreo – e mais livre ainda do que o ar quem não mais tinha a propriedade fosse do que fosse; a própria renda de uso tem vindo a diminuir e espero que em breve, pelo sempre contínuo aperfeiçoamento das técnicas, nem a tal tenhamos de satisfazer, em termos de trabalho esporádico. (...) O resto por si veio: milhões ou bilhões de homens saíram da sua pré-humanidade, fizeram na idade própria o que lhes cabia de serviço civil – fui eu ordenança de hospital e cooperei nas Fidji durante três anos – e nunca mais ninguém lhes exigiu coisa alguma, a não ser que se realizassem.”

Eis a visão que Agostinho tem da quinta idade do mundo. É uma visão histórica e política, muito marcada por aspirações sociais conhecidas. Trata-se de idade que diz respeito a todos os homens e a todos os povos, uma idade de escala planetária, que não está centrada em Portugal ou no Brasil, mas na qual estes dois países parecem ter uma responsabilidade especial em conjunto com a Espanha e os países hispano-americanos. No desenho preciso dos contornos desta quinta idade do mundo tal como Agostinho a projecta para os dois próximos séculos reconhece-se alguma coisa do imaginário do Quinto Império tal como Vieira o explora a partir da passagem bíblica de Daniel, mais que não seja pela presença de uma idade final, intemporal, feliz, que em Agostinho significa a realização plena do Homem, depois de Vieira ter sido a evangelização dele.

Estamos no fundo diante da mesma ideia, só que em contexto diferente, o de Vieira, num mundo quase virgem de contactos, à espera de um caso providencial, um faça-se luz que parecia estar prestes a acontecer no coração do Amazonas, o de Agostinho, num mundo castigado até ao mais íntimo de si por uma rede labiríntica de terremotos, mas esperando desse choque uma pulverização redentora.

17 de Fevereiro de 2006

Resumo

Procura esta “Nótula sobre o Quinto Império em Agostinho da Silva” explorar o tema do Quinto Império desde a sua chegada à cultura portuguesa com a obra do padre António Vieira até Agostinho da Silva, passando pelo Fernando Pessoa da *Mensagem* que recolocou em circulação a ideia no século XX. Interessa ainda perceber a funda-

mentação literal da ideia a partir da passagem do Livro de Daniel que lhe está na base e cuja hermenêutica passa em geral despercebida. Recorrem-se a textos de Agostinho da Silva, como “Portugal ou as Cinco Idades”, que apontam para um entendimento social e civilizacional do Quinto Império.

Palavras-Chave: Quinto Império; História; Humanidade; Civilização; Futuro.

Abstract

This “Brief Note About the Quinto-Império (Fifth Empire) in Agostinho da Silva” seeks to explore the theme of the Fifth Empire from its debut at the Portuguese culture via Father António Vieira’s oeuvre to Agostinho da Silva, including the Fernando Pessoa in Message, who restored the idea for the twentieth century. It is also interesting to notice the literal foundation of that idea from/which we can gather from the passage of the Book of Daniel which is in its base and whose hermeneutics usually goes unnoticed. We shall turn to texts by Agostinho da Silva, such as “Portugal ou as Cinco Idades” (Portugal or The Five Ages), which point to a social and civilizational understanding of the Fifth Empire.

Keywords: Quinto Império; Fifth Empire; History; Humanity; Civilization; Future.